



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 208/XIII/4.ª SL

Aos 8 dias do mês de maio de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### I Parte

**Audição conjunta da Associação GPL - Empresa de Trabalho Portuário Douro Leixões e da Etpam - Empresa de Trabalho Portuário - Etp, Lda., na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE.**

#### II Parte

**1. Apreciação e votação de atas;**

**2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:**

• **Projeto de Lei n.º 1206/XIII/4.ª (PEV) - «Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)» e Projeto de Lei n.º 1207/XIII/4.ª (PEV) - «Aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)»; Deputado autor do parecer: GP do PS**

**3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 1092/XIII/4.ª (PAN) - Altera a Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, o Decreto-Lei n.º 89/2009 e o Decreto-Lei n.º 91/2009, ambos de 9 de abril, alargando a licença parental em caso de nascimento prematuro**

**Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE);**

**4. Apreciação e votação do Relatório "Portugal na União Europeia - 2018" (a remeter à CAE até dia 15 de maio)**

**Deputada relatora: Carla Tavares (PS);**

**5. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 895/XIII/3.ª (BE) - «Reconhece e regulamenta a profissão de criminólogo(a)»;**

**6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2062/XIII/4.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a promoção da atividade das amas, a regularização imediata das amas da Segurança Social ao abrigo do PREVPAP, a revisão do seu regime e medidas de combate aos falsos recibos verdes das amas enquadradas em IPSS»;**

**7. Outros assuntos.**

---

#### I Parte

**Audição conjunta da Associação GPL - Empresa de Trabalho Portuário Douro Leixões e da Etpam - Empresa de Trabalho Portuário - Etp, Lda., na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE.**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 208/XIII/4.ª SL

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputada Wanda Guimarães (PS), que presidiu à reunião em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, começou por cumprimentar e dar as boas vindas aos representantes da Associação GPL - Empresa de Trabalho Portuário Douro Leixões (Dr. Alcino de Oliveira, Sr. Fernando Moreira e Dr. João Valença, todos Membros da Direção) e da ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário - ETP, Lda. (Dra. Cristina Pedra Costa, Diretora Técnica), enquadrando a sua vinda à Comissão no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE face à gravidade dos factos descritos na reunião entre o Sindicato (dos Estivadores e da Actividade Logística (SEAL)) e a Comissão Parlamentar, no passado dia 17 de setembro (de 2018)”, descrevendo a metodologia adotada para aquela audição e dando a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para apresentação do referido requerimento.

De seguida, usaram da palavra quer o Dr. Alcino de Oliveira, em representação da Associação GPL, quer a Dra. Cristina Pedra Costa, Diretora Técnica da ETPRAM.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra a Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) e os Senhores Deputados José Rui Cruz (PS), José Moura Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo o Dr. Alcino de Oliveira e a Dra. Cristina Pedra Costa respondido no final e de forma sucessiva às questões colocadas.

No decurso da resposta final dos representantes das entidades convidadas, e logo que esgotado o tempo atribuído à Associação GPL, registou-se uma interpelação à mesa do Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) a propósito da condução dos trabalhos, recordando que, em regra, neste tipo de audições a requerimento, as entidades convidadas dispunham na sua derradeira intervenção do mesmo tempo conferido aos Grupos Parlamentares (GP), o que não sucedia neste caso, já que enquanto os GP haviam utilizado no total 25 (vinte e cinco) minutos, o tempo máximo para os representantes das entidades ali presentes cifrava-se em 15 (quinze) minutos, a dividir de forma equitativa por ambas. A Senhora Presidente em exercício esclareceu que a grelha de tempos adotada para esta audição havia sido acertada entre o Senhor



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 208/XIII/4.ª SL

Presidente e os Serviços, e que se procurara distribuir o tempo atribuído aos convidados em duas rondas de 15 (quinze) minutos, de maneira a que o tempo global destinado a esta audição não fosse superior a 60 (sessenta) minutos. Por sua vez, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) colocou à consideração da Comissão a possibilidade de se realizar uma nova ronda, de forma a permitir o cabal esclarecimento de todas as questões pendentes, e revelando a sua disponibilidade para o efeito, tendo a Senhora Presidente clarificado que essa possibilidade não estava a ser discutida, mas tão só a duração da segunda e última intervenção dos representantes das entidades ali presentes. Posto isto, não deixou de mencionar que em compensação, a primeira ronda, que habitualmente tinha a duração de 10 (dez) minutos, desta vez prolongara-se por mais de 15 (quinze) minutos, exortando o Dr. Alcino de Oliveira a concluir a sua intervenção com a maior brevidade possível, já com a devida tolerância.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Logo após a audição, deu-se continuidade à reunião, de acordo com os termos constantes da respetiva ordem de trabalhos, não sem que antes a Senhora Presidente em exercício tivesse solicitado que de futuro as questões sobre a grelha de tempos pudessem ser discutidas antes do início das audições, de forma a serem esclarecidas entre todos os Grupos Parlamentares presentes. Por sua vez, o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) afirmou que a dúvida apresentada apenas fora detetada no decorrer da audição desse dia, defendendo que deveria ser adotado um critério uniforme, em especial tratando-se de audições conjuntas, como foi o caso, até porque se constatou que o tempo atribuído era manifestamente escasso para a intervenção final dos representantes das entidades convidadas.

#### **II Parte**

##### **1. Apreciação e votação de atas;**

Este ponto foi adiado para a reunião da Comissão da próxima semana.

##### **2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 208/XIII/4.ª SL

- **Projeto de Lei n.º 1206/XIII/4.ª (PEV) - «Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)» e Projeto de Lei n.º 1207/XIII/4.ª (PEV) - «Aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)»; Deputado autor do parecer: GP do PS.**

O Grupo Parlamentar (GP) do PS indicou como autor do parecer conjunto das presentes iniciativas o Senhor Deputado Rui Riso, sendo ainda acertada a submissão de ambas a apreciação pública por um período de 30 (trinta) dias.

- 3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 1092/XIII/4.ª (PAN) - Altera a Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, o Decreto-Lei n.º 89/2009 e o Decreto-Lei n.º 91/2009, ambos de 9 de abril, alargando a licença parental em caso de nascimento prematuro**  
**Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE);**

Tal como já havia sido comunicado anteriormente a todos os Grupos Parlamentares, a Senhora Presidente em exercício deu conta que a iniciativa em epígrafe fora retirada pelo proponente, ficando assim sem efeito a apresentação do respetivo parecer.

- 4. Apreciação e votação do Relatório "Portugal na União Europeia - 2018" (a remeter à CAE até dia 15 de maio)**  
**Deputada relatora: Carla Tavares (PS);**

Atendendo a que o prazo de envio do relatório indicado terminaria tão-só na quarta-feira seguinte, 15 de maio, e considerando que a reunião ordinária da Comissão da próxima semana corresponderia à audição regimental do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), na terça-feira, 14 de maio, foi acertado agendar a apresentação supramencionada para uma reunião a realizar nesse mesmo dia, após a reunião plenária que se realizaria no período da tarde.

- 5. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 895/XIII/3.ª (BE) - «Reconhece e regulamenta a profissão de criminólogo(a)»;**

A Senhora Presidente em exercício começou por informar que tomara conhecimento que deveria ter sido agendada em conjunto com a presente iniciativa o Projeto de Lei n.º 1054/XIII/4.ª (CDS-PP), sobre o mesmo tema, o que foi reiterado pelo Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que solicitou o reagendamento do ponto para a semana seguinte, e lamentando o esforço que tinha sido feito para ali estarem presentes os representantes da profissão em discussão.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 208/XIII/4.ª SL

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Isabel Pires (BE), requerendo que à imagem do ponto anterior, também este pudesse ser incluído na ordem de trabalhos da semana seguinte.

Já a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) solicitou que fosse esclarecido, até mesmo para os interessados que se encontravam presentes, se a intenção do agendamento deste ponto seria a discussão e votação imediata ou a determinação de um calendário para a apresentação de propostas de alteração, atendendo até ao que resultara da discussão na generalidade destas iniciativas, e sugerindo que se pudesse desde já estipular uma metodologia para o efeito.

Por seu turno, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), depois de afirmar que se encontravam em condições para iniciar a discussão, podendo até proceder-se à votação em bloco, já que não tinham propostas de alteração a apresentar, anuiu com a fixação de um prazo para o debate, o que permitiria a realização da votação nas semanas seguintes.

Interveio então o Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS), que apesar de concordar com o método proposto, alertou para o facto de no seu entender as duas iniciativas em apreço não constituírem uma regulamentação efetiva da profissão de criminólogo, correndo-se o risco de não se dar resposta nem às expectativas nem aos legítimos direitos destes profissionais. Desta forma, considerando que estes projetos de lei não resolviam os problemas dos criminólogos, privilegiar a urgência em detrimento da qualidade da regulamentação poderá ser negativo, sublinhando que dificilmente estariam reunidas as condições para votar já na próxima semana. Desta forma, e recordando que havia sido desencadeado junto da respetiva Associação profissional a solicitação de um parecer à Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) sobre a regulamentação da atividade profissional, sugeriu que os projetos de lei pudessem ser votados após a realização das eleições para o Parlamento Europeu, que teriam lugar a 26 de maio.

Novamente no uso da palavra, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) explicou que o seu Grupo Parlamentar não procurara obviar à existência de um período para a apresentação de propostas de alteração, sugerindo que o mesmo pudesse decorrer até 27 ou 28 de maio, após as eleições, incluindo-se a discussão e votação das iniciativas e eventuais propostas de alteração na reunião da Comissão de quarta-feira, 29 de maio, lembrando que não era a primeira vez que se discutiam estas matérias.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 208/XIII/4.ª SL

Subscrevendo o que havia sido dito anteriormente, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) propôs que a data-limite para o envio de propostas de alteração fosse fixada na sexta-feira, 24 de maio, permitindo-se assim a elaboração de um guião de votações até dia 29.

Em conclusão, a Senhora Presidente em exercício, reconhecendo o lapso na omissão da inclusão da iniciativa do GP do CDS-PP, constatou que a última proposta de calendário parecia reunir o consenso geral, sendo assim adotada para este efeito.

**6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2062/XIII/4.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a promoção da atividade das amas, a regularização imediata das amas da Segurança Social ao abrigo do PREVPAP, a revisão do seu regime e medidas de combate aos falsos recibos verdes das amas enquadradas em IPSS»;**

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) solicitou o adiamento deste ponto, tendo em conta a ausência do membro do GP do PS que acompanha este assunto, a Senhora Deputada Sofia Araújo (PS), em trabalho parlamentar noutra Comissão.

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) insistiu que este ponto fosse incluído na reunião da semana seguinte, de modo a não adiar mais a sua discussão em Comissão.

A Senhora Deputada Carla Barros (PSD) afirmou que o seu Grupo Parlamentar estava disponível para acompanhar a urgência dos proponentes e para realizar a discussão quando o entendessem.

Já o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) chamou à atenção para a atipicidade dos trabalhos da semana seguinte, aconselhando cautela no agendamento de assuntos para a reunião ordinária da Comissão, atendendo a que se realizaria na terça-feira, 14 de maio, a audição regimental do Senhor MTSS.

Por seu turno, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) sugeriu o agendamento de uma reunião após a reunião Plenária de segunda ou terça-feira, de maneira a evitar estas limitações.

Deste modo, acordou-se entre todos os presentes a realização de uma segunda reunião na terça-feira, 14 de maio, logo após a reunião Plenária desse dia.

### **7. Outros assuntos.**

No âmbito do último ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente em exercício deu conta que a deslocação à reunião da Organização Internacional do Trabalho se



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 208/XIII/4.<sup>a</sup> SL

realizaria entre 19 e 21 de junho, e contaria com a presença dos Senhores e das Senhoras Deputadas Carla Barros (PSD), Wanda Guimarães (PS), José Moura Soeiro (BE), Nuno Magalhães (CDS-PP) e Rita Rato (PCP).

Foi então concedida a palavra à Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), que na qualidade de Coordenadora do Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais (GT – OP) deu conta de um conjunto de e-mails e exposições das associações e profissionais envolvidos perguntando pelo ponto de situação do Grupo de Trabalho. Registou que os Grupos Parlamentares do PS e do CDS-PP haviam solicitado o adiamento da discussão e votação das iniciativas por si apresentadas e que visavam a constituição da Ordem dos Fisioterapeutas. Informou ainda que o GT - OP reuniria na segunda-feira seguinte, 13 de maio, e que até aquela data ainda não haviam dado entrada propostas de alteração, nem tão pouco nenhum texto conjunto dos proponentes, o que a verificar-se agilizaria a votação na especialidade.

Em sentido contrário, o Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) defendeu que não era realista realizar a discussão e votação dos textos e das eventuais propostas de alteração em apenas uma hora, a partir das 14h de segunda-feira, imediatamente antes da reunião Plenária desse dia, que começava às 15h, pelo que propôs o adiamento para nova data.

Retomando o uso da palavra, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) referiu que fora o GP do PS a sugerir que a reunião se realizasse na próxima segunda-feira, 13 de maio, já com vista à votação de uma proposta de texto conjunto, depois de ter sido sucessivamente adiada no último mês, refutando assim a sugestão de irrealismo do agendamento.

Depois de a Senhora Presidente em exercício ter lembrado que a votação final global nunca poderia ocorrer antes das eleições europeias, atendendo à interrupção que se seguiria à reunião Plenária de 15 de maio, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) mostrou-se sensível às legítimas expectativas dos interessados quanto à conclusão deste processo legislativo, que não deveriam ser frustradas pelo Parlamento.

Também a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) exortou os proponentes para lograrem um acordo até ao prazo fixado no ponto anterior: sexta-feira, 24 de maio.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 208/XIII/4.ª SL

Por sua vez, o Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) assumiu o ónus do incumprimento do prazo inicial, e que se prendia com a necessidade de dar resposta aso contributos recebidos, e da sua análise articulada com os Senhores Deputados da Comissão de Saúde, atendendo à matéria aqui em apreço.

Assim sendo, foi estabelecido o calendário sugerido, não sem que antes o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) afixar que julgava haver consenso sobre a imperatividade de conclusão deste processo legislativo e que o seu Grupo Parlamentar estava empenhado em alcançar um consenso com o GP do PS, com a necessária flexibilidade.

Isto posto, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) considerou que ficou consagrado o dia 24 de maio (quarta-feira) para a concretização da discussão e votação em Grupo de Trabalho, propondo o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) que a mesma pudesse realizar-se no período da manhã, permitindo-se assim a ratificação das votações na reunião da Comissão desse dia, o que mereceu a concordância geral, após intervenções da Senhora Deputada Isabel Pires (BE) e dos Senhores Deputados Ricardo Bexiga (PS) e Jorge Machado (PCP).

A respeito das iniciativas que visam a criação da Ordem dos Assistentes Sociais, em discussão no mesmo Grupo de Trabalho, a Coordenadora mencionou que o processo está suspenso por decisão dos proponentes à condição da receção de um parecer da DGERT. Sucede que durante esta suspensão, a Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) solicitou nova audição na sequência das reuniões supervenientes do Grupo de Trabalho sobre esta temática, em especial a da Universidade Aberta. Como tal, e apesar de defender que a repetição de audições deve ser vista com prudência, a verdade é que o período de audições ainda não está encerrado, pelo que o seu Grupo Parlamentar considera que deve ser dada a oportunidade à APSS para ser novamente ouvida no Grupo de Trabalho.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) pronunciou-se favoravelmente a esta segunda audição da APSS, mas desde que tal não interferisse com o calendário determinado para a criação da Ordem dos Fisioterapeutas, pelo que a aludida audição teria lugar sempre depois de quarta-feira, 29 de maio.

Por sua vez, o Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) advogou a pronúncia escrita desta entidade, e de outras que eventualmente se desejassem manifestar novamente



**COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

**ATA NÚMERO 208/XIII/4.ª SL**

sobre a matéria, sob pena de a repetição de várias audições prolongar de forma indefinida os trabalhos do Grupo de Trabalho, impedindo-se a conclusão oportuna do processo legislativo em causa.

Também o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) sublinhou que face à aproximação da conclusão da Legislatura, a celeridade não era um elemento secundário, acrescentando que o processo de auscultação já se encontra encerrado.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) mencionou que a solução de comunicar a todos que poderiam enviar contributos escritos caso o desejassem resolveria o problema e daria resposta ao peticionado.

Perante este aparente consenso, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) solicitou aos Serviços o envio de um e-mail à APSS com as questões apresentadas pelo GP do PS à DGERT, para melhor se poderem pronunciar.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de maio de 2019.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



Feliciano Barreiras Duarte



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 208/XIII/4.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
António Carlos Monteiro  
Carla Barros  
Carla Tavares  
Clara Marques Mendes  
Filipe Anacoreta Correia  
Isabel Pires  
Joana Barata Lopes  
Joaquim Raposo  
José Moura Soeiro  
José Rui Cruz  
Luís Soares  
Ricardo Bexiga  
Rui Riso  
Sandra Pereira  
Susana Lamas  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Wanda Guimarães  
Álvaro Batista  
Jorge Machado  
Laura Monteiro Magalhães  
Maria da Luz Rosinha  
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Feliciano Barreiras Duarte  
Maria das Mercês Borges

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque  
Sofia Araújo